

29 BATALHAO DE INFANTARIA BLINDADO/RS

Estudo Técnico Preliminar 22/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64079.000485/2026-58

2. Descrição da necessidade

2.1 A cessão de uso de imóvel pertencente ao 29º Batalhão de Infantaria Blindado para a prestação de serviços de barbearia, a título oneroso, foi formalizada por meio do Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 20/2025, devidamente autuado no processo administrativo identificado pelo Número Único de Protocolo (NUP) nº 64079.000485/2026-58, e aprovado pela autoridade competente.

2.2 A demanda tem como objetivo oferecer apoio aos integrantes da Organização Militar por meio da prestação de serviços de barbearia, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas no edital e no termo de referência. A cessão de uso será realizada de forma onerosa, compreendendo o pagamento de uma taxa de ocupação da área cedida, além de indenização pelo consumo de energia elétrica e água.

2.3 A justificativa para a cessão de uso decorre da necessidade de atendimento à demanda do 29º Batalhão De Infantaria Blindado, que visa dispor de uma barbearia em suas dependências como forma de complementar suas atividades-fim e atender os interesses dos integrantes desta Organização Militar. A prestação do serviço contribuirá para a padronização do corte de cabelo e para a adequada apresentação individual no ambiente castrense. A demanda é respaldada no efetivo previsto para esta Unidade Militar, garantindo o uso consistente do serviço.

2.4 Durante os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, há eventos recorrentes que impactam consideravelmente o efetivo do batalhão, como movimentações, períodos de férias e o licenciamento de turmas do Efetivo Variável. Esse cenário pode reduzir significativamente o número de atendimentos realizados pelo cessionário, resultando em queda expressiva na receita. Para evitar prejuízos a ambas as partes e em atenção ao princípio da razoabilidade, prevê-se a possibilidade de redução de 50% (cinquenta por cento) no valor da cessão de uso durante esses meses, mediante solicitação formal do cessionário.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Aquisições, Licitações e Contratos	Matheus Henrique Andrade Kessner - 3º Sgt Kessner

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O funcionário(a)/sócio(a) responsável por prestar os serviços, deverá ter, no mínimo, 2 (dois) anos de experiência como barbeiro/cabeleireiro e curso de cabeleireiro, técnicas de corte, ou outro curso equivalente e na ausência comprovação que exerce a profissão.

4.2 A barbearia deverá funcionar de segunda-feira à quinta-feira, das 07:45 horas às 12:00 horas e das 13:15 horas às 16:30h, e sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas.

4.3 O funcionário deverá estar à disposição conforme os horários acima, em caráter continuado.

4.5 O prazo de vigência será estabelecido em conformidade com os arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se trata de serviço de natureza continuada. Assim, poderá ser fixado inicialmente em até 60 (sessenta) meses, admitindo-se prorrogações sucessivas, desde que devidamente justificadas, vantajosas para a Administração e compatíveis com o interesse público.

4.6 Nos termos do art. 107 da referida Lei, o prazo total do ajuste, incluídas as prorrogações, não poderá exceder 120 (cento e vinte) meses, permitindo que o contrato alcance até 10 (dez) anos de vigência, desde que preservadas as condições de atendimento, economicidade e adequação da prestação do serviço.

4.7 Em dias de feriados, sem expediente, ou expediente administrativo, em que haverá uma queda vertiginosa na frequência por parte dos militares, é facultada a abertura da barbearia.

4.8 A barbearia não abrirá aos finais de semana.

4.9 A barbearia deverá estar em pleno funcionamento em, no máximo, 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

4.10 Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

4.11 A CESSIONÁRIA deverá obedecer as normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

4.12 A CESSIONÁRIA deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso.

4.13 A CESSIONÁRIA deverá obedecer a Instrução Normativa Nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, principalmente no seu art. 6º, que segue abaixo:

Art. 6º — Os editais e contratos destinados à contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotem, quando couber, as seguintes práticas de sustentabilidade:

I – utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que atendam às classificações e especificações da ANVISA;

II – adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, em especial quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído;

IV – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários para a execução dos serviços;

V – realizar programa interno de treinamento, nos três primeiros meses de execução contratual, visando à redução do consumo de energia elétrica, água e geração de resíduos sólidos, conforme normas ambientais vigentes;

VI – realizar a separação dos resíduos recicláveis na fonte geradora, destinando-os conforme a IN/Mare nº 6/1995 e o Decreto nº 5.940/2006;

VII – respeitar as Normas Brasileiras (NBR) aplicáveis aos resíduos sólidos;

VIII – prever destinação ambiental adequada de pilhas e baterias usadas ou inservíveis, de acordo com a Resolução CONAMA nº 257/1999.

4.14 Parágrafo único — O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam outras práticas ambientais de sustentabilidade, desde que justificadas.

4.15 A CESSIONÁRIA deverá obedecer à Norma Regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-6), relativa ao fornecimento e uso de Equipamentos de Proteção Individual.

4.16 A CESSIONÁRIA deverá elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), especialmente quanto à higienização, manutenção e condições adequadas dos materiais utilizados nos serviços, tais como navalhas, máquinas de cortar cabelo, tesouras e capas de cabeleireiro, visando à promoção e preservação da saúde dos trabalhadores e consumidores, conforme as Normas Regulamentadoras do MTE.

4.17 Deverá ser incluída, entre as obrigações da CESSIONÁRIA, a exigência de comprovação, antes da efetivação da contratação, das seguintes condições:

4.18 Não possuir inscrição no Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo, conforme Portaria MTE nº 540/2004;

4.19 Não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infrações às normas de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil ou ao trabalho escravo, conforme artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; artigo 149 do Código Penal Brasileiro; Decreto nº 5.017/2004 (Protocolo de Palermo); Convenções da OIT nº 29 e nº 105.

4.20 Deverá constar como obrigação da contratada a manutenção de todas essas condições durante toda a vigência do contrato, podendo a Administração verificar a qualquer tempo. O descumprimento implicará rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

4.21 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO.

4.21.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a quinta-feira, das 10:00 horas as 15:00 e sexta-feira, das 09:00 horas as 11:00 horas.

4.21.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se; até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.21.3 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.21.4 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dividas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.21.5 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

4.22 DO FUNCIONAMENTO

4.22.1 O horário de funcionamento da barbearia deverá seguir o horário de expediente do 29º Batalhão de Infantaria Blindado (29º BIB): de segunda-feira a quinta-feira, das 07:45 às 12:00 e das 13:15 às 16:30; e, nas sextas-feiras, das 08:00 às 12:00.

4.22.2 O 29º BIB poderá, previamente e de forma justificada, determinar a redução ou a extensão do horário de funcionamento em datas específicas, a fim de atender às necessidades do serviço ou à realização de eventos.

4.23.3 A CESSIONÁRIA deverá observar as regras de higiene estabelecidas pelas autoridades sanitárias competentes.

4.24.4 Fica facultado à CESSIONÁRIA solicitar à Administração a redução dos dias de funcionamento durante a semana, conforme demanda constatada. Nessa hipótese, a Administração poderá autorizar o funcionamento da barbearia em dias alternados, ou conforme acordo prévio e por escrito entre a CESSIONÁRIA e o Ordenador de Despesas, sem alteração do valor pago pela cessão de uso.

4.25 Da forma de prestação dos serviços, o profissional deve:

- a. Seguir os padrões de cortes de cabelo definidos no Anexo VII - Extrato do RUE - Seção | - Da Apresentação Pessoal do Segmento Masculino (<http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/copiar.php?codarquivo=3418&act=sep>), apêndice deste Termo;
- b. Lavar as mãos antes de atender cada cliente;
- c. Perguntar ao cliente se possui alguma alergia aos produtos que vai utilizar;
- d. Manter as escovas e pentes em recipientes limpos e organizados;
- e. Usar lâminas novas a cada cliente e descartá-las após o uso;
- f. Zelar pela higienização e assepsia do ambiente e de todos os materiais destinados ao serviço;
- g. Usar luvas ao fazer uso de química;
- h. Utilizar materiais saneantes que não causem danos as pessoas, animais e atendam as normas ambientais vigentes.

4.26 Da manutenção e reparos:

4.26.1 Toda manutenção/reparo será de responsabilidade da CESSIONARIA, devendo ser mantidos os mesmos padrões de materiais e acabamentos, sendo que a manutenção abrange os seguintes itens:

4.26.2 Água/esgoto;

4.26.3 Energia (eletrodutos e conexões, lâmpadas, disjuntores, reatores, interruptores);

4.26.4 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como de operação, se aplicável, serão prestados por profissionais devidamente qualificados às funções a desempenhar;

4.26.5 Todos os consertos, se e quando necessários, devendo se dar, obrigatoriamente, sem nenhum prejuízo da adequada prestação do serviço contratado;

4.26.6 A CESSIONÁRIA devesse manter as dependências, instalações, equipamentos e utensílios em perfeita ordem e funcionamento, efetuando, diariamente, a higienização e limpeza, bem como a conservação das dependências, tudo por sua inteira responsabilidade.

4.27 Da limpeza e controle de pragas:

4.27.1 A limpeza total da barbearia (em todas as suas dependências e equipamentos) deverá ser diária, sob a responsabilidade da CESSIONÁRIA;

4.27.2 O material de limpeza e a retirada do lixo interno são de responsabilidade da CESSIONÁRIA;

4.27.3 A CESSIONÁRIA deverá manter um programa periódico de desinsetização e desratização, com a frequência necessária para garantir a higiene do local, ou sempre que solicitado pela fiscalização do 29º Batalhão de Infantaria Blindado (29º BIB).

4.27.3 As empresas responsáveis pelo serviço de desinsetização e desratização deverão apresentar alvará de funcionamento expedido pelo centro de Vigilância Sanitária e comprovar o registro em um dos Conselhos Regionais: CREA, CRB, CRMV, CRF, CRQ, etc.;

4.28 Da equipe de trabalho e do atendimento ao público:

4.28.1 Dispor e manter quadro pessoal suficiente, de forma a atender o cumprimento das obrigações assumidas;

4.28.2 O pessoal necessário a execução do serviço objeto da presente concessão será de exclusiva responsabilidade da CESSIONÁRIA, observando a legislação trabalhista e as normas de Segurança e Higiene do Trabalho;

4.28.3 A CESSIONÁRIA dispore de empregados em número suficiente para o atendimento nos horários de maior procura, que deverão tratar os fregueses com urbanidade respeito, dispensando-lhe um atendimento cordial, rápido e eficiente;

4.28.4 Os empregados deverão ser identificados por crachá e cadastrados junto à 2ª Seção do 29º Batalhão de Infantaria Blindado (29º BIB), ocasião em que deverão apresentar seus documentos de identificação pessoal.

4.28.5 Os empregados deverão trabalhar uniformizados;

4.28.6 Os fregueses serão atendidos mediante pagamento ao caixa do preço correspondente, em moeda corrente, Pix, cartão de débito ou cartão de crédito;

4.28.7 A CESSIONÁRIA deverá dispor de troco suficiente para a realização das transações comerciais diárias.

5. Levantamento de Mercado

5.1 Foi realizado levantamento de mercado, através do laudo de avaliação nº 014/2024 - 4º Gpt E, pois se trata de cessão de uso onerosa, com objetivo de apoio em atividades profissionais de barbearia.

5.2 Foram consideradas Cessões de Uso similares em Organizações Militares do Exército, bem como comparativos aos estabelecimentos correlatos no mercado através de ofícios emanados por esta OM com solicitações dos preços utilizados pelos estabelecimentos, confeccionando desta maneira a pesquisa de preço utilizando o valor médio dos valores pesquisados.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A solução proposta envolve a cessão de uso de um espaço pertencente ao 29º Batalhão de Infantaria Blindado para a instalação e operação de uma barbearia. Essa barbearia será responsável por oferecer serviços de corte de cabelo e barba nos padrões definidos pelo Regulamento de Uniformes do Exército (RUE). A operação da barbearia ocorrerá durante o horário de expediente do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, com a possibilidade de permanência de funcionários além desse horário, mediante autorização do Comandante da Organização Militar.

6.2 Os serviços prestados pela barbearia deverão seguir rigorosamente as normas de higiene estabelecidas pelas autoridades sanitárias. Além disso, a contratada deverá cumprir as Normas Gerais de Ação, regulamentos e outras determinações emanadas pela Organização Militar, bem como se responsabilizar pelas obrigações fiscais, previdenciárias e sociais de seus funcionários.

6.3 Para garantir a sustentabilidade ambiental, a contratada deverá zelar pela economia de recursos hídricos e elétricos, utilizando equipamentos com selo A de eficiência energética e adotando práticas que contribuam para a redução do consumo de água.

6.4 A solução prevê também a coleta adequada e o descarte responsável dos resíduos gerados pela barbearia, especialmente aqueles pertencentes ao Grupo E, conforme estabelecido pela Resolução CONAMA nº 358/2005.

6.5 Além disso, a solução está alinhada aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual 2024-2027, do Plano Estratégico do Exército (PEEx) e do Plano de Gestão do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, contribuindo para o desenvolvimento nacional, gestão do bem público e outros objetivos relacionados.

6.6 Essa solução proporcionará benefícios significativos, como o aprimoramento na gestão do bem público, a oferta de serviços essenciais aos integrantes do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, a geração de receita para o Fundo do

Exército e a promoção da eficiência operacional e logística da Organização Militar.

6.7 Com essa descrição da solução, espera-se atender de forma eficaz à necessidade identificada de disponibilizar uma barbearia dentro das dependências do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, beneficiando tanto os militares quanto a própria instituição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 A memória de cálculo, os valores pesquisados e aqueles tomados como referência constam do Laudo de avaliação dos Imóveis pertencentes à União, sob responsabilidade do 29º Batalhão de Infantaria Blindado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.580,00

8.1 O valor mínimo para a cessão de uso será o previsto no Laudo de avaliação no 014/2024 - 4º Gpt E, no valor mensal de R\$ 1.580,00 (mil quinhentos e oitenta reais).

8.2 Valor já considerando os gastos com energia elétrica e Água/Esgoto.

8.3 Iniciando a fase externa da licitação, a proposta mais vantajosa para a administração pública será o melhor lance ofertado pelo preço global do grupo, composto pelos seguintes itens e seu valor inicial:

8.3.1 Corte de cabelo de Oficiais/ST/Sgt: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais);

8.3.2 Corte de cabelos de Cabos/Soldados: R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A presente contratação refere-se à cessão de uso onerosa de espaço físico destinado à instalação e funcionamento de uma barbearia dentro das dependências do 29º Batalhão de Infantaria Blindado. Trata-se de objeto único, indivisível e diretamente relacionado à utilização exclusiva de área delimitada da Organização Militar.

9.2 O parcelamento da solução não se mostra técnica ou economicamente viável, uma vez que o espaço físico a ser cedido consiste em ambiente único, não fracionável, cuja utilização simultânea por mais de um prestador inviabilizaria a adequada execução do serviço, além de comprometer a segurança e a organização interna da Unidade.

9.3 Adicionalmente, por se tratar de atividade de natureza contínua, prestada em ambiente específico e sujeito a controle administrativo, a divisão do objeto poderia gerar conflitos operacionais, aumento da complexidade de gestão e perda de eficiência.

9.4 Conforme dispõe o art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento deve ser adotado sempre que possível, com vistas à ampliação da competitividade. Entretanto, no presente caso, o objeto não comporta divisão sem prejuízo à funcionalidade, à economicidade e à padronização da prestação do serviço.

9.5 Diante disso, a solução será contratada de forma não parcelada, assegurando-se unidade de gerenciamento, maior controle administrativo, padronização do atendimento e melhor aproveitamento do espaço público disponibilizado.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 A presente contratação não possui relação direta de dependência com outros contratos em vigor no 29º Batalhão de Infantaria Blindado. Trata-se de cessão de uso onerosa de espaço físico para instalação e funcionamento de barbearia, atividade autônoma que não condiciona ou depende de outras contratações para o seu regular desenvolvimento.

10.2 Ainda que a execução dos serviços envolva o emprego de equipamentos, insumos e mão de obra específicos da área de barbearia, tais itens são integralmente de responsabilidade da Cessionária, não gerando a necessidade de contratações adicionais pela Administração.

10.3 Da mesma forma, não há vinculação com contratos de limpeza, manutenção predial ou serviços gerais, pois o espaço cedido será operado e mantido exclusivamente pela empresa responsável, conforme as obrigações previstas no edital e no contrato.

10.4 Assim, não foram identificadas contratações correlatas, complementares ou interdependentes que influenciem ou condicionem a execução da presente solução, sendo a cessão de uso plenamente independente e auto suficiente para atender às necessidades dos militares do 29º BIB.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Não está prevista no plano anual de contratações por se tratar de Cessão de Uso Onerosa, não gerando custos para a Administração Pública.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação permitirá a disponibilização de serviços de barbearia dentro das instalações do 29º Batalhão de Infantaria Blindado, oferecendo maior comodidade aos militares, que poderão utilizar o serviço sem a necessidade de se ausentar da Organização Militar durante o expediente. Tal medida contribui diretamente para a otimização do tempo dos militares e para o aumento da eficiência no desempenho das atividades diárias, ao reduzir deslocamentos externos e possibilitar a manutenção da apresentação pessoal dentro dos padrões estabelecidos pelo Exército Brasileiro.

12.2 Além disso, a cessão de uso onerosa possibilita o melhor aproveitamento do patrimônio público disponível, destinando área ociosa para atividade de interesse coletivo, sem gerar custos adicionais para a Administração. A presença de uma barbearia em funcionamento contínuo nas dependências da OM também favorece o bem-estar e a motivação dos militares ao oferecer um serviço essencial de maneira acessível, célere e padronizada.

12.3 Espera-se que esta contratação proporcione, no mínimo, os seguintes benefícios adicionais:

12.3.1 Otimização dos custos administrativos relacionados ao gerenciamento da contratação;

12.3.2 Atendimento integral aos preceitos legais vigentes, especialmente os estabelecidos na Lei nº 14.133/2021;

12.3.3 Mitigação de eventuais riscos de inadimplemento por parte da contratada, evitando desgastes institucionais e possíveis impactos operacionais;

12.3.4 Garantia da boa execução dos serviços, em conformidade com os princípios de eficiência, qualidade e sustentabilidade;

12.3.5 Observância ao princípio da economicidade, considerando critérios objetivos, como a seleção por menor preço ofertado para a cessão de uso;

12.3.6 Disponibilidade de empresa especializada e devidamente habilitada em processo licitatório, assegurando atendimento ágil e adequado às demandas da Organização Militar.

12.4 Assim, os benefícios alcançados são de ordem funcional, administrativa, operacional e social, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e melhoria contínua dos serviços prestados no âmbito do 29º BIB.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 O 29º Batalhão de Infantaria Blindado possui local para instalação da Barbearia e para a perfeita execução do objeto desta licitação, para o correto recebimento e armazenamento dos insumos, destinados a execução do objeto. Não havendo necessidade de serem adotadas quaisquer providências prévias ao contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Uso racional da água:

14.1.2 Colaborar com as medidas de redução do consumo e uso racional de água, devendo o responsável pela equipe atuar como facilitador de mudanças de comportamento dos funcionários da CESSIONÁRIA;

14.1.3 Treinar e orientar os funcionários de forma sistemática quanto à eliminação de hábitos e vícios de desperdício, conscientizando-os sobre atitudes preventivas;

14.1.4 Identificar e corrigir possíveis vazamentos;

14.1.5 Adotar procedimentos corretos para o uso adequado da água, com economia e sem desperdício, garantindo a adequada higienização do ambiente, dos equipamentos, utensílios e demais materiais utilizados na prestação dos serviços.

14.2 Fica proibido:

14.2.1 Manter a torneira aberta com recipiente embaixo transbordando;

14.2.2 Manter a torneira aberta enquanto o funcionário se ausenta do ponto de uso.

14.3 Eficiência energética:

14.3.1 Desligar as luzes dos ambientes que não estiverem ocupados;

14.3.2 Desligar o aparelho de ar-condicionado ao deixar o ambiente ou sempre que não houver permanência de usuários;

14.3.3 Sugerir à CEDENTE locais e medidas que possibilitem a redução do consumo de energia, tais como: desligamento de sistemas de iluminação, instalação de interruptores, instalação de sensores de presença, rebaixamento de luminárias, entre outras;

14.3.4 Desenvolver, junto aos seus funcionários, programas de racionalização do uso de energia.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação pretendida tem como referência o art. 37, caput, da Constituição Federal, que estabelece os princípios da administração pública, e os arts. 1º e 5º da Lei nº 14.133/2021, que dispõem sobre a aplicação obrigatória desses princípios às contratações públicas. Consideram-se, ainda, as orientações do Tribunal de Contas da União referentes à cessão de uso de imóvel público para prestação de serviços em benefício de servidores e administrados, bem como a jurisprudência consolidada sobre o tema.

Diante das normas aplicáveis, julga-se conveniente e oportuno promover a instalação do serviço de barbearia no interior do aquartelamento, a fim de atender aos interesses dos militares do Quartel-General. A oferta do serviço dentro das dependências da Organização Militar proporciona maior eficiência, otimização de tempo e racionalização dos deslocamentos dos militares, garantindo-lhes alternativa adequada para a realização de cortes de cabelo e serviços correlatos.

Conforme entendimento doutrinário e as orientações normativas vigentes, a cessão de uso de espaço público para exploração econômica com finalidade de prestação de serviços configura contratação cujo objeto principal é o serviço, sendo o uso do imóvel um elemento instrumental. Nessa perspectiva, e em consonância com o art. 28, inciso II, e o art. 30 da Lei nº 14.133/2021, aplica-se a modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, por se tratar de serviço comum.


Os interessados disputarão pelo menor preço do item, conforme definido neste documento. A relação de itens será reunida em grupo único, haja vista a inviabilidade de parcelamento do objeto, conforme previsto no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que determina que o parcelamento deve ser adotado sempre que viável, o que não se aplica ao caso em razão da natureza indivisível da prestação.

Os estudos preliminares demonstraram que a solução apresentada para a cessão de uso do espaço destinado à instalação e funcionamento de uma barbearia é tecnicamente possível e necessária para o atendimento da demanda da Organização Militar. Assim, declara-se viável a contratação pretendida.

Após a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, verifica-se que a instalação da barbearia, objeto da cessão de uso, é fundamental para garantir o atendimento adequado aos militares da OM, considerando a necessidade contínua do serviço oferecido.


16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **ROMULO TORRES RAMIRO**
Data: 12/01/2026 12:38:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


ROMULO TORRES RAMIRO

Autoridade competente

Documento assinado digitalmente
 **MATHEUS HENRIQUE ANDRADE KESSNER**
Data: 19/12/2025 10:26:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MATHEUS HENRIQUE ANDRADE KESSNER

Chefe da Equipe de Planejamento

Documento assinado digitalmente
 **RAYNER DE LIMA MACEDO**
Data: 05/01/2026 23:09:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RAYNER DE LIMA MACEDO

Membro da comissão de contratação